

OS MULTISENTIDOS DAS SALAS DE LEITURA

Bonnie Axer – UERJ

Agência Financiadora: FAPERJ

Busco neste trabalho fazer uma análise das mudanças atravessadas pelas Salas de Leitura existentes na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, destacando que as políticas destinadas à leitura tiveram centralidade em tal município, sobretudo nos anos de 1990, visto que as principais resoluções a respeito das salas ocorreram nesta década. As Salas de Leitura são entendidas já de início como espaços destinados à valorização da leitura enquanto um bem. Hoje tais políticas curriculares entendem que a leitura é algo que envolve, também, os meios de informação, comunicação e múltiplos suportes textuais.

Para tanto, analisarei leis, resoluções e o fascículo “*Multieducação temas em debate: Sala de Leitura*”, uma das atualizações da proposta curricular do Núcleo Curricular Básico MULTIEDUCAÇÃO¹. Somente em 2006, após 10 anos de sua implantação é que o trabalho das Salas de Leitura são mencionadas em tal documento. A meu ver, a partir da proposta da MULTIEDUCAÇÃO, *de trazer o mundo para a sala de aula*, percebeu-se que a atualização era pertinente, pois como a sociedade passa por diversas mudanças, o trabalho nas escolas precisa acompanhá-las. Deste modo, o trabalho da Sala de Leitura é ampliado ao incorporar novas mídias e novas linguagens.

Interessante explicitar que a coleção de fascículos de atualização é resultado do diálogo iniciado com os professores em 2001, quando se percebeu que novos desafios e necessidades do trabalho educacional exigiam a atualização e o aprofundamento do currículo.

A partir então do entendimento de Laclau (2005) sobre o funcionamento do político, encaro a MULTIEDUCAÇÃO, assim como todo documento curricular, sem um fechamento total, mas sim (re)significado a todo o momento. Pois, segundo Laclau (2005), podemos pensar que este fechamento definitivo de um dado *significado*, neste caso o currículo, o tornaria universal, uma verdade incontestável e fixada. Nesse sentido, entendo que no momento de construção do currículo existe uma fixação de sentidos momentânea que a cada nova identificação, contexto histórico e social pode ser modificado.

¹ Desde 1996 é o currículo oficial da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

Assim, ao entender os textos curriculares enquanto conjuntos abertos e coletivos onde diferentes perspectivas são sobredeterminadas e negociadas a todo instante, resultando em codificações instáveis e ambíguas (MACEDO, 2008), não podemos pensar num único endereçamento do mesmo, mas sim em diferentes destinatários.

Configurando sentidos nas Salas de Leitura

As primeiras Salas de Leitura no Município do Rio de Janeiro foram implantadas pelo Programa Especial de Educação, nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), em 1985. Tal proposta definia as Salas de Leitura como um núcleo ativo de aprendizagem e não um depósito de livros. Enquanto os CIEPs possuíam Salas de Leitura, as escolas regulares da Rede Municipal possuíam as chamadas Salas de Multimeios, cujo foco era a organização racional dos meios referenciados no tecnicismo estadunidense.

Somente em 1990, foram implantadas as Salas de Leitura nas escolas regulares da Rede Municipal do Rio, sendo *“alternativa aos espaços de Multimeios e Bibliotecas Escolares existentes nas escolas, buscando ressignificar e redimensionar as práticas até então desenvolvidas”* (Rio de Janeiro. SME, 2006, p.9). Ao analisar o documento oficial que dispõe e implanta o funcionamento das salas de leitura (Portaria nº 12/90/E-DGE em 02/05/90), percebo que esta proposta da SME buscava dar uma nova dimensão pedagógica ao espaço Multimeios e democratizar os meios de informação.

Este documento especifica a finalidade pedagógica das Salas de Leitura, relacionando-a ao *“uso conjugado dos diferentes meio de comunicação e aplicação dessas linguagens específicas a prática educativa para desenvolver no aluno, a capacidade de ver-julgar-agir, em interação com a comunidade a que pertence”*. Deste modo, as Salas de Leitura passaram a ser gerenciadas pela equipe de Multimeios, sendo responsável por atualizar os recursos humanos, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas na Sala, além de herdar seu acervo para melhor usá-lo. A partir de então, já percebo uma ampliação nos sentidos de tais salas, na medida em que o objetivo é promover a leitura, mas também, permitir o acesso aos diferentes meios de comunicação e informação.

Mesmo incorporada esta nova configuração das Salas de leitura, somente dois anos depois é que foi regulamentado pela portaria nº 37/92/EDGED em 1992, a função

do professor Regente de Sala de Leitura, pois até tal momento, o professor responsável por este espaço era o *Encarregado de Multimeios*. O professor regente passa a possuir atribuições tais como, responsabilidade pela organização, composição e mediação do acervo na comunidade escolar, além do desenvolvimento de projetos voltados para a formação do leitor, que incorporem o uso e a produção de diferentes mídias e suas respectivas linguagens. Para tanto o mesmo participa de cursos e capacitações, atuando como difusor dos conhecimentos adquiridos para os demais professores.

Ainda em 1992, portaria nº 36/92/E-DGE –22/09/92, foram criadas as Salas de Leitura Pólo, salas que dispõem de acervo ampliado de equipamentos eletrônicos, servindo de suporte e apoio para as demais salas de leitura (Salas de Leitura Satélites).

A última resolução sobre o funcionamento das Salas de Leitura, publicada em 11 de janeiro de 1996 (Resolução nº 560), define o funcionamento das Salas de Leitura e confere aos professores das Salas de Leitura Pólo a responsabilidade de por em prática a proposta dos Núcleos de Mídia Educação, sendo a principal atribuição deste professor, articular o trabalho da Sala com as múltiplas linguagens.

Assim, as Salas de Leitura encontram-se hoje, definidas como espaços multimidiáticos, compreendendo atividades como: empréstimos do acervo, oficinas, exposições, sessões de vídeo, rodas de leitura, produção de programas de vídeo e rádio, jornais, sites (...), tendo como objetivo estimular a criatividade, o senso crítico e a produção do conhecimento.

Ainda hoje, as Salas de Leitura são regulamentadas pela Resolução de 1996, contudo algumas orientações foram ressignificadas no fascículo de atualização *Multieducação Temas em Debate: Sala de Leitura* em 2006. O fascículo em questão tem por objetivo apresentar os principais aspectos que constituem o trabalho das Salas, buscando situá-lo no contexto da escola e ampliando o diálogo estabelecido com a Rede Municipal de Ensino.

A partir da entrada de novas tecnologias na escola, o fascículo traz uma discussão interessante a respeito da *mudança nos protocolos de leitura* que o mundo atual vem passando, o que não significa necessariamente a substituição de um modo de ler por outro, mas sim a articulação e negociação entre textos e hipertextos, devidos às novas configurações proporcionadas pelas tecnologias digitais. Assim, a idéia de leitura é ampliada de forma a envolver TV, rádio, jornal e internet e conseqüentemente modifica-se também a concepção de leitor.

Dentro desta nova concepção de leitura, a diretora da Divisão de Mídia e Educação da SME/RJ e autora do fascículo *Salas e Leitura* afirma que:

“As salas de leitura são espaços essenciais para o exercício de práticas leitoras, de modo que a leitura e, em especial a Literatura, possa ser vivida das mais diferentes formas. O trabalho nesses espaços aponta para a formação de leitores capazes de dialogar com diferentes textos e seus respectivos suportes textuais. Assim, propõe-se a convergência dos textos encontrados nos livros com os que circulam nos jornais, na TV, no rádio, na internet, dentro do que Paulo Freire denominou leitura de mundo”².

Leitura: significante vazio?

Dentro do processo que venho descrevendo, trago agora o as idéias de Ernesto Laclau (2005), para em auxiliar no entendimento do esvaziamento de sentido da concepção de *Leitura*, visto minha análise a respeito da configuração das Salas.

Dentro da produção de múltiplos sentidos a partir de um único significante, onde ao se tornarem equivalentes, seus elementos perdem alguns de seus sentidos para incorporar outros. Este único significante, no qual sentidos múltiplos se articulam, é esvaziado de tal forma a se tornar um “significante vazio”. Cria-se desta forma, um consenso, mesmo que conflituoso, pois não há uma concordância total, mas sim sentidos e significados que predominam e outros que acabam por perder alguns de seus sentidos. Sentidos estes, nunca fixos, mas em constante negociação. Disputas que hegemonizam provisoriamente um dado sentido, em detrimento a outro.

É nesta perspectiva que estou pensando a visão de *Leitura* nas Salas de Leitura, pois a partir da necessidade de dialogar com diferentes demandas (novas mídias dentro da escola), a Sala de Leitura, antes um espaço dedicado prioritariamente à circulação de livros, passa agora a ser um espaço de multimídias, ou melhor, múltiplas leituras, conferindo-lhe a aquisição de novos sentidos.

Frangella e Barreiros (2008) nos auxiliam ao dizerem que Laclau (2005) entende um significante enquanto vazio por se tratar de um conteúdo incorporado universalmente e que tende a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças em espaços de múltiplas cisões. Para representar uma totalidade, neste caso, as mídias dentro da escola, o significado precisa estar vazio, puro, para então tentar representar um conjunto de elementos que são heterogêneos entre si.

² Em entrevista concedida ao *site* <http://www.multirio.rj.gov.br/portal/> (Acesso em: 01/02/2009)

Ou seja, ao falar de uma Leitura ampla, as Salas hoje abrangem múltiplas demandas, discursos e textos, o que faz com que a mesma dialogue com diferentes significados, produzindo aquilo que poderíamos entender como uma multiplicidade de sentidos para um mesmo espaço, ou, na lógica de Laclau (2005), uma tentativa de hegemonização de um destes significados. Esta ampliação semântica da acepção de leitura expõe ainda, movimentos mais amplos como lutas políticas, sentidos historicamente partilhados e articulações hegemônicas, que repercutiram dentro da própria Rede, para que estas ressignificações se dessem.

Na tentativa de articular diferentes demandas e discursos dentro de um mesmo espaço, as Salas de leitura acabaram tendo um esvaziamento em sua função de incentivo à leitura de textos literários, para incentivar leituras outras. O que podemos perceber muito claramente nas Salas de Leitura hoje é um reflexo do que está em pauta nas propostas educativas, e na própria MULTIEDUCAÇÃO, *o mundo dentro da sala de aula*, trazendo consigo o mundo da informação e da tecnologia para dentro da sala de aula. Assim o objetivo central da Sala de Leitura se expande de tal forma, que a meu ver, nem o mundo da leitura e nem o mundo da tecnologia cabem mais dentro do mesmo espaço.

Referência Bibliográfica

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres & BARREIROS, Débora Raquel Alves. **Buscando o sentido de política nos estudos curriculares – perspectivas de análise em questão**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPED. 2008.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

MACEDO, E. **Currículo, cultura e diferença: o caso da Multieducação com ênfase nas ciências** - projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2008.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **Núcleo Curricular Básico Multieducação. Rio de Janeiro**, 1996.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Multieducação temas em debate: Sala de Leitura**. Rio de Janeiro, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Departamento Geral de Ensino. Portaria nº12/90/E0-DGE. Rio de Janeiro, 02/05/1990.

_____. Departamento Geral de Ensino. Portaria nº37/92/EDGE. Rio de Janeiro, 27/10/92.

_____. Departamento Geral de Ensino. Portaria nº36/92/E-DGE. Rio de Janeiro, 22/09/92.

_____. Resolução SME nº560. Rio de Janeiro, 11/01/96.

<http://www.multirio.rj.gov.br/portal/> (acessado em 21/01/2009).